

PARA ALÉM DOS SILÊNCIOS DO ARQUIVO

O ACERVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA E A INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA¹

Texto de FRANCISCO D'OREY MANOEL* e NELSON MOREIRA ANTÃO**

1. MISERICÓRDIAS QUINHENTISTAS, ARQUIVOS E HISTORIOGRAFIA

As primeiras misericórdias, fundadas nos alvares da Época Moderna, assumiram, desde cedo, um carácter original no que diz respeito às práticas de assistência à população. Levando a cabo uma actuação mais global, baseada nas catorze obras de misericórdia, estas associações de leigos foram, de certo modo, inovadoras. Distinguíam-se das confrarias medievais por dirigirem a sua actuação para um público mais alargado e, também, por uma gama mais diversificada de serviços que prestavam à comunidade: acompanhamento de doentes, apoio material, judicial e espiritual aos presos e condenados à morte, resgate de cativos, assistência às camadas mais pobres da população, enterramento dos mortos, dotação de órfãos e, mais tarde, com a tutela administrativa dos hospitais locais, o sustento de crianças enjeitadas.

Todo este vasto programa de apoio material aos mais desprotegidos era complementado por práticas de auxílio espiritual e por uma forte presença no quotidiano religioso, através de uma participação activa nos enterros, procissões e em algumas das principais celebrações litúrgicas.

O papel assistencial das misericórdias, nas suas vertentes material e espiritual, é tão mais importante, no contexto do Portugal e da Europa de Quinhentos, quanto pensarmos que, no decurso de



Fig. 1: *Compromisso da Misericórdia* impresso em 1516: fólio [2v]. Cota: L.A.XVI.114.

1. Este artigo reproduz a comunicação apresentada às *II Jornadas de Estudo sobre Misericórdias: «As Misericórdias Quinhentistas»* (realizadas em Penafiel, a 21 de Maio de 2009), tendo, posteriormente, sido efectuadas algumas actualizações.

toda a Idade Média, as Coroas não assumiam ainda responsabilidades directas no que concerne ao apoio às franjas mais desfavorecidas da sociedade², que, assim, ficavam particularmente expostas às agruras de uma vida marcada pela errância, pela indigência, pela mendicidade e pela doença.

Neste contexto, não resulta estranho que, à fundação da primeira misericórdia, em Lisboa, no ano de 1498, se tenha seguido um amplo movimento de criação de instituições congêneres noutras cidades ou vilas do reino e, também, nos territórios de além-mar que compunham o império português.

Com uma presença cada vez mais significativa na sociedade portuguesa, desenvolvendo uma importante actuação caritativa, as misericórdias quinhentistas tiveram um grande impacto positivo junto das populações; granjearam prestígio e conheceram um crescente apoio da Coroa, que se traduziu na concessão de uma série de facilidades, isenções e privilégios, tendentes a potenciar a sua actuação benemérita. Também muitos particulares vão escolher as misericórdias como objecto preferencial das suas disposições testamentárias, legando por vezes avultados bens e réditos, tendo em vista o resgate da sua alma por intermédio do patrocínio das obras caritativas.

Todos estes factores vão progressivamente transformar as misericórdias em instituições de prestígio. Especialmente protegidas pelo poder régio, dotadas de condições privilegiadas de

As primeiras misericórdias, fundadas nos alvares da Época Moderna, assumiram, desde cedo, um carácter original no que diz respeito às práticas de assistência à população

contacto com o poder central, providas de um património alargado, as misericórdias (e os seus cargos de gestão) tornam-se cada vez mais apetecíveis por parte de elites locais. Estas tinham consciência de que ser mesário da misericórdia constituía uma forma de afirmarem e consolidarem não só o seu estatuto social como também o seu poder³.

Desta forma, a compreensão global do Portugal Moderno deve ser associada a uma análise da institucionalização das misericórdias, das características da sua actuação, assim como da evolução das actividades por elas desenvolvidas.

É neste sentido que devemos destacar a extrema importância que os arquivos destas instituições multisseculares assumem para um aprofundamento do conhecimento que possuímos acerca desse passado remoto. Os acervos documentais detidos pelas misericórdias manifestam, necessariamente, as especificidades da sua actividade. À semelhança do que acontece com qualquer entidade, a documentação criada e acumulada pelas misericórdias é sempre reveladora da sua actuação e das relações que foi estabelecendo com o meio envolvente. Desta forma, à pluralidade de funções que estas confrarias detinham e à relativa

heterogeneidade de actividades que desenvolviam corresponde, necessariamente, uma multiplicidade de registos documentais. Estes abarcam um conjunto assinalável de temáticas passíveis de serem alvo de análises mais ou menos aprofundadas.

O estudo a partir dos acervos das misericórdias revela-se essencial para o desenvolvimento de uma variedade de temas dos quais podemos destacar, sem pretensões de exaustividade, os seguintes: as novas formas de espiritualidade dos leigos que começaram a despontar no período tardo-medieval; a caracterização dos equilíbrios sociais do poder no Antigo Regime; o processo de centralização e afirmação do poder régio; o estudo da pobreza e da doença, assim como das práticas assistenciais destinadas a colmatá-las; a caracterização do sistema prisional, das atitudes perante a morte, das práticas de culto religioso, da pompa e precedências nas solenidades religiosas públicas; a análise da configuração da estrutura fundiária e das relações que, através da terra, se estabeleciam entre os homens; das variações conjunturais dos preços e da economia...

Neste sentido, pensamos que é hoje ponto assente, entre os cientistas sociais, que os fundos

2. Cf. Ivo Carneiro de Sousa – Da esmola medieval às misericórdias da rainha D. Leonor. *500 anos das misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. Pp. 23-24.

3. Para uma boa síntese acerca do processo de elitização das misericórdias e da sua instrumentalização por parte das oligarquias locais, vide o estudo de Laurinda Abreu – As misericórdias de D. Filipe I a D. João IV. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. I. *Fazer a história das misericórdias*. Coord. cient. José Pedro Paiva. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. Pp. 51-55.

documentais referentes às misericórdias se constituem como uma fonte primordial para o desenvolvimento das suas investigações, não só no domínio da historiografia, como também no da antropologia, da sociologia e, até, da psicologia.

neralizado em relação ao sistema arquivístico na sua globalidade⁵.

Por outro lado, muitas das misericórdias que manifestam algum interesse pelos seus acervos documentais mantêm ainda uma visão museológica, que as leva a destacar este ou aquele

conjunto documental, por ser mais antigo, pela sua maior qualidade artística ou estética, por ser considerado mais precioso ou raro. Há, no entanto, que ultrapassar esta espécie de subalternização dos arquivos e da documentação à lógica meramente patrimonialista.

Só um tratamento dos acervos na sua globalidade, assente nas normativas arquivísticas⁶, pode levar à produção de inventários e catálogos com utilidade operativa para os investigadores.

A escassez destes instrumentos de descrição documental não se coaduna com o labor historiográfico. Sem eles, a documentação permanece inacessível, no silêncio dos arquivos, e os cientistas sociais vêm a sua investigação transformada numa verdadeira «via-sacra». A pesquisa reveste-se de grande morosidade, e as suas conclusões poderão ressentir-se face à impossibilidade de análise exaustiva de uma determinada série ou secção documental.

Lembremo-nos, a este respeito, das palavras de Georges Duby, para quem o trabalho do historiador consiste em compulsar as fontes históricas no sentido de construir interpretações sobre a realidade pretérita. Desta forma, a investigação encontra-se inevitavelmente condicionada pela documentação disponível, a qual não constitui mais do que

Devemos destacar a extrema importância que os arquivos destas instituições multisseculares assumem para um aprofundamento do conhecimento que possuímos acerca desse passado remoto

Por este motivo, não deixa de ser estranho, ou até confrangedor que, segundo os estudos e levantamentos desenvolvidos recentemente⁴, a situação dos arquivos de grande parte das misericórdias portuguesas se caracterize por um profundo desconhecimento do valor informativo dos documentos que custodiam; pela inexistência de instrumentos de descrição documental que permitam um fácil acesso à informação; pelas precárias condições de conservação; pela ausência de técnicos arquivistas que levem a cabo um adequado tratamento documental; por um desinvestimento ge-



Fig. 2: *Compromisso da Misericórdia* impresso em 1516: fólio 1. Cota: L.A.XVI.114.

4. Cf. Pedro Penteado – *A investigação em sistemas de arquivo organizacionais: algumas reflexões sobre o caso das Misericórdias em Portugal* [em linha]. [Consult. 28.04.2009]. URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5611.PDF>.

5. Se é verdade que os investigadores e a sua necessidade de aceder aos fundos documentais podem constituir um incentivo para levar a cabo intervenções ao nível do tratamento da documentação histórica, o certo é que o cerne da questão reside muito mais a montante do ciclo de vida documental. A solução para este problema não se coaduna com meras intervenções parcelares ao nível do arquivo definitivo. Isto porque a documentação histórica que teremos amanhã depende muito do nível de organização e controlo dos documentos que produzimos hoje. Uma resposta eficaz para o problema tem de passar pela criação de sistemas de arquivo integrados, em que se pense a documentação, a sua organização, selecção, descrição e formas de acondicionamento, desde a fase de criação dos documentos. Esta mudança terá de partir, necessariamente, da assunção, por parte das administrações, de que a documentação é um recurso estratégico essencial para uma boa gestão da instituição. Para um maior esclarecimento destes aspectos *vide* Pedro Penteado – Os arquivos e a História das Misericórdias em Portugal. *Oceano*, n.º 5 (1998), e Francisco d' Orey Manoel; Nelson Moreira Antão; Maria Luísa Barbosa Colen – Arquivos administrativos. Noções básicas e gerais. *Arquivos administrativos. Manual de formação*. Lisboa: SCML, 2009. Pp. 9-30.

6. Estas normas permitem integrar as séries documentais no contexto funcional e organizacional em que foram produzidas.

os «restos de escrita que emanam do fundo das eras, como destroços de um completo naufrágio»⁷. Tal como um naufrago numa ilha não consegue reconstruir totalmente o navio naufragado, a partir dos destroços que dão à praia, também o historiador não pode aceder à verdade absoluta sobre o que foi o passado. Esta situação agrava-se quando a documentação existe mas permanece mal acondicionada, desorganizada, inacessível e, por conseguinte, desconhecida.

Urge, portanto, que os responsáveis pela gestão das misericórdias se consciencializem da importância que a documentação acumulada nas suas instituições assume ao nível da progressão do conhecimento que temos relativamente ao passado. Não se trata apenas de «papelada», mas antes de fontes inestimáveis, únicas e insubstituíveis, não só para o estudo das próprias misericórdias, como também para a progressão do conhecimento histórico no geral.

No entanto, algumas misericórdias têm feito um esforço no sentido de se dotarem de serviços de arquivo, onde investigadores podem usufruir dos recursos informativos dos acervos. Apesar disso, as tarefas inerentes ao tratamento documental são necessariamente morosas, pelo que se torna difícil disponibilizar, de forma rápida, inventários e outros instrumentos de pesquisa.

Nem sempre os investigadores conseguem ter uma percepção concreta desta realidade, manifestando algum desagrado pelos poucos recursos de pesquisa documental que se encontram à sua disposição. Requerem, e com alguma razão, um acesso

rápido à documentação, um apoio adequado e completo às suas pesquisas (que as torne mais profícuas e céleres), enfim, que existam instrumentos que os orientem quando percorrem os labirintos dos documentos nos arquivos.

Perante esta situação, os arquivistas nem sempre conseguem transmitir, de forma clara, a complexidade da sua actividade profissional. Raras vezes, esta última se circunscreve exclusivamente às tarefas relacionadas com a disponibilização da documentação em fase histórica.

No caso concreto do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os técnicos desdobram-se numa multiplicidade de funções relacionadas não só com a documentação antiga mas, também, com o apoio à organização dos arquivos administrativos dos diversos serviços e com a supervisão do arquivo intermédio. Neste âmbito, leva a cabo tarefas de avaliação, selecção e eliminação de massas documentais acumuladas, assim como de descrição, higienização e acondicionamento desses documentos remetidos por to-

O estudo a partir dos acervos das misericórdias revela-se essencial para o desenvolvimento de uma variedade de temas



Fig. 3: Desinfestação de documentação com recurso ao método ecológico de «bolha de anóxia».

7. Georges Duby – *A história continua*. Porto: Asa, 1992. Pp. 25-26.

das as unidades orgânicas. Por outro lado, há que ter em conta o tempo empregue na própria gestão administrativa do Arquivo Histórico, na programação e prossecução de aquisições, visitas guiadas e outras actividades de extensão cultural. São ainda funções do Arquivo dar resposta às solicitações internas de informação e assegurar o serviço de leitura pública.

Esta é a realidade do Arquivo Histórico da Misericórdia de Lisboa, a qual, pensamos, pode ser transposta, sem alterações significativas, para grande parte dos arquivos de outras instituições que custodiam documentação histórica.

Normalmente, aos anseios dos investigadores (para que o acesso aos acervos seja melhorado), os arquivistas contrapõem a complexidade técnica das tarefas que levam a cabo, a extensão dos acervos e o desdobramento do seu tempo de trabalho pelas inúmeras funções. No fundo, todos se queixam e todos têm razão...

2. O ACERVO ARQUIVÍSTICO DA MISERICÓRDIA DE LISBOA E A INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) foi fundada nos finais do século XV. Como resulta evidente, o conhecimento da sua documentação mais antiga permitiria obter dados essenciais sobre a fase de arranque e consolidação da Confraria, dos apoios recebidos, do modo como, na prática, concretizava os seus objectivos estatutários, como geria o seu património e como distribuía os seus rendimentos pelas diferentes obras assistenciais.

No entanto, o acervo documental da Santa Casa sofreu uma série de condicionalismos e vicissitudes que nos impedem de documentar convenientemente os dois primeiros séculos e meio da sua existência.

Entre essas vicissitudes assumiu um papel de especial relevo o grande sismo ocorrido em Lisboa, no ano de 1755. Esta ca-

tástrofe, conjugada com a acção devastadora do incêndio que se lhe seguiu, resultou na perda irreparável de grande parte da documentação acumulada até então. Por este motivo, o Arquivo Histórico da SCML tem à sua guarda sobretudo documentos produzidos a partir da segunda metade do século XVIII.

Por outro lado, grande parte da documentação existente no Arquivo chegou aos nossos dias dispersa, desagregada e desorganizada, à luz dos critérios da arquivística contemporânea. Esta situação verifica-se porque, ao longo do tempo, a documentação remanescente foi sendo sucessivamente organizada consoante as necessidades do momento.

Consciente destas limitações, mas também da importância da sua documentação, a SCML (por intermédio do seu Arquivo Histórico), tem, nos últimos anos, levado a cabo um extenso esforço no sentido de tratar convenientemente não só o seu acervo histórico, como também as massas documentais acumuladas nos seus múltiplos serviços.

Tem sido uma preocupação constante do Arquivo criar condições para que os cidadãos, no geral, e, em particular, os investigadores possam aceder convenientemente e usufruir do importante acervo que tem à sua guarda. Nesse sentido, tem desenvolvido um programa de descrição documental de várias secções e séries arquivísticas. Além disso, dotou-se de instalações adequadas não só para a preservação da documentação, como também para a disponibilização dos seus serviços à comunidade.

Uma das mais importantes funções do profissional arquivis-



Fig. 4: Mesa de higienização de documentação.



5

ta é, sem dúvida, dar a conhecer a documentação e criar, através da produção de instrumentos de descrição documental, condições que assegurem o acesso aos testemunhos do passado. Esta disponibilização da informação, operada pelos arquivistas, revela-se fulcral para que investigadores consigam facilmente analisá-la e resgatar, do silêncio dos depósitos, os ecos remotos do passado.

Importa, no entanto, chamar a atenção para o facto do processo de tratamento da informação

arquivística ser necessariamente moroso. Este aspecto relaciona-se com a extensão do acervo em causa (cerca de 3,5 Km lineares), com as suas carências organizativas e, ainda, com a complexidade das opções técnicas a tomar no que concerne a essa organização. A classificação a adoptar, a definição e o estabelecimento de uma metodologia de descrição devidamente padronizada, constituem outras dimensões a ter em conta.

Mas a complexidade das inú-



6



7

Fig. 5: Depósito de documentação equipado com estantes rolantes compactas.

Fig. 6: Documentação acondicionada em estantes rolantes compactas.

Fig. 7: Sala de Leitura «Vitor Ribeiro».

Só um tratamento dos acervos na sua globalidade, assente nas normativas arquivísticas, pode levar à produção de inventários e catálogos com utilidade operativa para os investigadores



Fig. 8: Publicações do Arquivo Histórico.

meras operações técnicas que devem preceder a conveniente disponibilização dos acervos, não pode ser sistematicamente invocada para que o tratamento documental se perpetue no tempo. Este argumento começa a perder significado num contexto social marcado por uma valorização crescente do acesso rápido e eficaz à informação, bem como pela exigência de instrumentos

de pesquisa dotados de elevados parâmetros de qualidade.

Consciente destes desafios, o Arquivo Histórico tem vindo a desenvolver um trabalho que visa melhorar os instrumentos de descrição já disponíveis⁸ e, também, a elaborar novos produtos de informação relativos a conjuntos documentais até agora desprovidos de pontos de acesso⁹.

Creemos que a descrição documental que está a ser efectuada tem vindo a colocar à disposição dos investigadores dados relevantes, não só para o desenvolvimento de novos estudos, como para um aprofundamento dos já existentes.

Mencionaremos, de seguida, para determinadas séries documentais que se encontram em fase de tratamento, algumas das potencialidades que as mesmas podem apresentar para a investigação.

2.1. SECÇÃO «CRIAÇÃO DOS EXPOSTOS»

O acervo do Arquivo Histórico da Santa Casa compreende uma importante secção documental intitulada «*Criação dos Expostos*». Chamavam-se expostos ou enjeitados a todas as crianças colocadas na roda¹⁰ para serem entregues aos cuidados de uma instituição. Na Misericórdia de Lisboa, o local onde permaneciam era designado por Hospital dos Expostos¹¹.

Esta secção possui um considerável volume documental (quase 200 metros lineares), e abrange um período temporal que se inicia no século XVII¹² e se prolonga até aos nossos dias. A informação nela contida permite desenvolver diversos estudos inéditos de grande interesse.

De modo a destacar a importância deste manancial informa-

8. Como é o caso da reedição (revista e aumentada) do *Inventário da Criação dos Expostos*.

9. Estão actualmente em curso projectos de descrição dos documentos do «Cartório», das séries «*Correspondência recebida e expedida (1755-1917)*» e «*Decretos, Avisos e Ordens (1528,1803)*», bem como do «*Arquivo Familiar Benito Maçãs*».

10. A «roda dos expostos» era uma estrutura de madeira, de forma cilíndrica, que servia para depositar anonimamente as crianças enjeitadas. Quando a ama ouvia a sineta (tocada no exterior), dirigia-se à estrutura e rodava-a para recolher o bebé que tinha acabado de ser depositado. Saliente-se que as dimensões das «rodas» dos expostos eram normalmente superiores às «rodas» existentes nos conventos de clausura, uma vez que, nestes últimos casos, estas serviam apenas para os beneméritos entregarem anonimamente diversos donativos.

11. No passado, o termo «hospital» não era aplicado apenas na acepção contemporânea; esta expressão abrangia o abrigo, a recolha, a hospedagem, o tratamento e o apoio, não só de doentes, mas também de crianças desamparadas, de peregrinos ou viajantes, de idosos ou de mendigos.

12. Apesar da sede da Misericórdia de Lisboa e do edifício do Hospital de Todos-os-Santos (administrado pela Santa Casa) terem sido destruídos pelo terramoto de 1755, a documentação desta secção foi salvaguardada, presumindo-se que tenha sido transferida para outros espaços, alguns anos antes, tal como sucedeu com os expostos e as suas amas. Cf. *Relação verdadeira, e individual do formidável incêndio, que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste anno de 1750*. Lisboa: na officina de Manoel Soares, 1750.

tivo e esclarecer sobre a forma como foi organizado, subdividimos este importante conjunto documental em 5 grupos.

a) Entradas, baptismos e óbitos

Este primeiro conjunto inclui séries documentais distintas, embora detentoras de informações comuns e complementares. É o caso do registo de elementos referentes à entrada dos bebés, os respectivos assentos de baptismo e os dados que permitiam uma posterior identificação do exposto.

Os livros de entrada e baptismo têm vindo a ser consultados, sobretudo por familiares de expostos que pretendem construir as suas árvores genealógicas. No entanto, esta documentação permite a elaboração de múltiplos estudos históricos, sociológicos ou outros, através de variadíssimas abordagens com base, por exemplo:

- no número total de enjeitados colocados na roda¹³ e o respectivo sexo;
- na denominação requerida pelos pais e o nome de baptismo atribuído pela Misericórdia, sendo que é possível identificar as designações mais usuais em cada época;
- na hora de entrada e na afluência de exposições durante os períodos nocturno¹⁴ e diurno;
- nas características que identificavam os recém-nascidos (registadas nos livros de entrada);

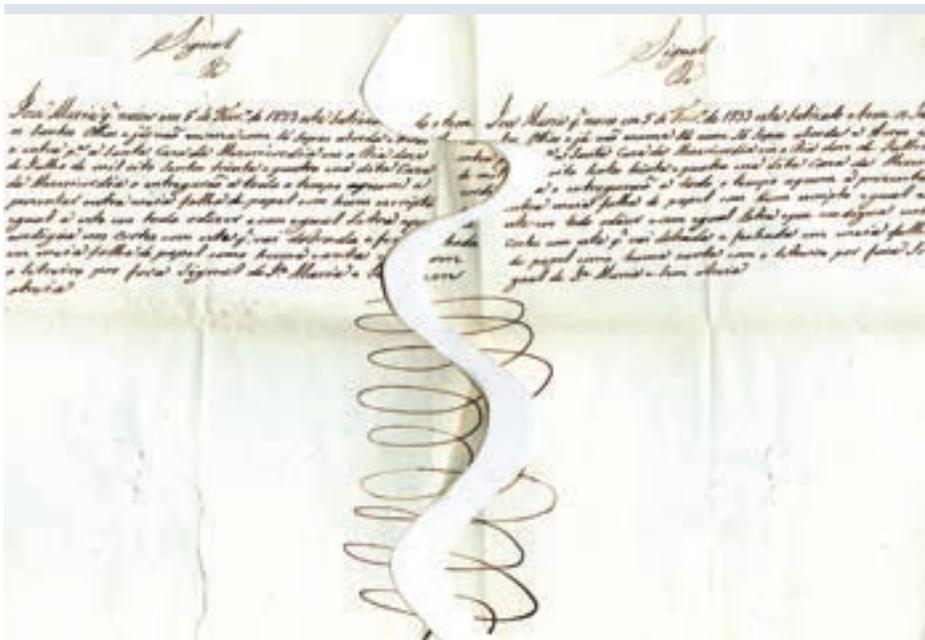


Fig. 9: Sinal que acompanhava o exposto José Maria (n.º 892), nascido a 5 de Fevereiro de 1833. Esta criança deu entrada na Misericórdia no dia 12 de Julho de 1834, com mais de um ano e cinco meses. A imagem reproduz também o «contrasinal» entregue pelo pai, no dia 9 de Setembro, dois meses depois da exposição. A junção das duas peças possibilitava a comprovação da paternidade e a recuperação do seu descendente. Cota: PT-SCMLSB/CE/EP/02/001.

- no índice de mortalidade dos expostos;
- nos funcionários intervinientes e nas amas a quem era confiada a criação dos «inocentes»;
- nos sistemas de escrita utilizados nas diferentes épocas e suas características;
- na organização arquivística que foi sendo estabelecida ao longo dos tempos.

Estes registos de entradas e baptismos foram, posteriormente, complementados com novas séries documentais elaboradas com o objectivo de garantir um acompanhamento e um controlo mais eficazes da criação dos

enjeitados. É o caso dos:

- livros de desamparados;
- livros de crianças entradas já sem vida;
- livros de expostos oriundos dos extintos concelhos de Belém e Olivais;
- livros de matrículas de entradas;
- mapas de aleitação;
- livros de registo de crianças negras ou mulatas, cujos assentos se destinavam a impedir a venda destes bebés, como escravos.

Por seu turno, aparecem-nos também conjuntos documentais complementares das séries que acabámos de referir. Nestes incluem-se os sinais de expostos

13. A cada criança era atribuído um número sequencial. Tendo em vista evitar trocas de bebés, passou a ser colocado um colar com uma chapa de chumbo, onde era registado o número (o que se verifica já ao longo de Oitocentos). No século seguinte, este sistema foi substituído por uma pulseira de prata, onde esse número também era inserido. No entanto, não temos notícia de que em Portugal se tenha utilizado o processo que foi introduzido (no século XVII) em Veneza ou na Sicília, e que consistia em marcar os enjeitados através de uma pequena tatuagem, ou empregando um ferro em brasa. Cf. Casimira Grandi – P come pietà: I segni corporei dell' identità istituzionale sugli esposti di Santa Maria della Pietà di Venezia (secoli XVII-XIX). *Benedetto chi ti porta, maledetto chi ti manda: L'Infanzia Abbandonata nel Trieneto (secoli XV-XIX)*. Coord. Casimira Grandi. Treviso: Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 1997. Pp. 242-256.

14. O período nocturno seria a época do dia que, à partida, se poderia pensar existir um maior número de ocorrências, uma vez que, com a população adormecida, a entrega se processava certamente de uma forma mais discreta. Através de um estudo, poderá ser analisada a razão pela qual a realidade era distinta.

(1790-1926) que englobam os chamados «escritos» deixados junto de algumas crianças quando eram colocadas na «roda». A Misericórdia de Lisboa possui um grande número de sinais (mais de 86 mil), que permitiam uma melhor identificação do exposto¹⁵. Além disso, assumiam-se como meio para transmitir informações sobre o menor e para partilhar preocupações, pedidos, sofrimentos e causas da exposição. Por vezes, o sinal «escrito» era acompanhado de uma fita, um bordado, uma meia, ou até por uma carta de jogar, uma moeda, um pequeno sapato ou qualquer outro artefacto carregado de simbologia. Estes objectos registavam, igualmente, a vontade de colocar o exposto, não só ao abrigo e amparo de uma Instituição idónea, como sob a protecção e o resguardo de um elemento divino ou sagrado (imagens de santos, medalhas, crucifixos, etc.), profano (amuletos em forma de figa, de trevo de quatro folhas, etc.) ou mesmo afectivo (juntando uma trança de cabelo da mãe, a fotografia do pai, ou até o colar, o brinco ou o anel de família).

Este tipo de documentação é muito raro. Não é vulgar encontrar-se porque em muitas instituições (nacionais e estrangeiras), estes elementos foram sendo destruídos por se ter considerado que já não possuíam qualquer interesse.

Os sinais representam, pela sua diversidade, um registo que permite a recolha de informação abundante. Além disso, são prova dos sentimentos íntimos, muitas vezes carregados de es-



Fig. 10: Sinal n.º 857, do exposto Bernardo, entrado na Misericórdia a 7 de Junho de 1832, composto por escrito e «verónica» (medalha). A imagem apresenta também o «contra-sinal» entregue pela mãe (oito dias depois da exposição), tendo em vista recuperar o seu filho. Cota: PT-SCMLSB/CE/EP/02/001.

piritualidade, carinho, ilusão, dor ou raiva que conduziram ao acto da exposição. Deste modo, constituem um inimaginável manancial de informação que possibilita o estudo de diversos temas¹⁶, nomeadamente associados a:

- religiosidade e superstição;
- arranjos decorativos ou artísticos inseridos em alguns sinais;
- análise técnica dos tecidos utilizados em determinada época;
- sociologia ou antropologia;
- possíveis influências de outras culturas na realidade portuguesa;

• estudo da caligrafia, ortografia e uso de abreviaturas.

Em 1870, o sistema de admissão das crianças na Misericórdia de Lisboa alterou-se profundamente. A roda passou a funcionar dentro das instalações e as exposições deixaram de ser anónimas, sendo obrigatório fornecer os elementos de identificação dos progenitores. A alteração do sistema reflectiu-se na produção documental. Foram criadas séries documentais que se encontram reunidas num conjunto denominado «Exposições».

Esta documentação compreende uma grande diversidade

15. Quem apresentasse um documento igual ao sinal deixado com a criança, comprovava que era o progenitor desse «inocente». Alguns sinais possuíam mesmo um recorte irregular, tendo como objectivo ser possível encaixar as duas partes.

16. Outros elementos poderão ser recolhidos no *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: SCML, 1998. Pp. 104 e seguintes.

de informações disponibilizadas no acto da exposição. Os dados facultados eram posteriormente confirmados por inspectores (designados de visitantes), o que não acontecia até essa altura. No entanto, para protecção de casos sigilosos, foi constituída uma série específica para inscrever as «mulheres encobertas»; esta protecção era concedida para que as mães solteiras conservassem a sua reputação.

b) Criação e educação de expostos

O segundo grande conjunto contempla múltiplas séries documentais, onde a maioria dos dados se refere às amas.

Após a entrega das crianças à Misericórdia, o processo de acompanhamento era iniciado pelas amas-de-leite (residentes na Casa ou no exterior¹⁷), seguindo-se a criação de seco e a preparação para a vida activa, através do ensino de um ofício. Assinalavam-se, em livros próprios, todos os dados relacionados com este percurso, assim como os referentes à ama, sua residência, profissão do marido e os vencimentos auferidos. Nalguns casos, as amas, em vez de receberem uma remuneração previamente estipulada, usufruíam de determinados privilégios consignados em diplomas legais.

Englobou-se, também neste conjunto:

- a documentação relacionada com as *inspecções às amas*, cuja fiscalização decorria não só em Lisboa, mas também noutras localidades, nomeadamente nas Caldas da Rainha, Leiria e Sobral de Monte Agraço;

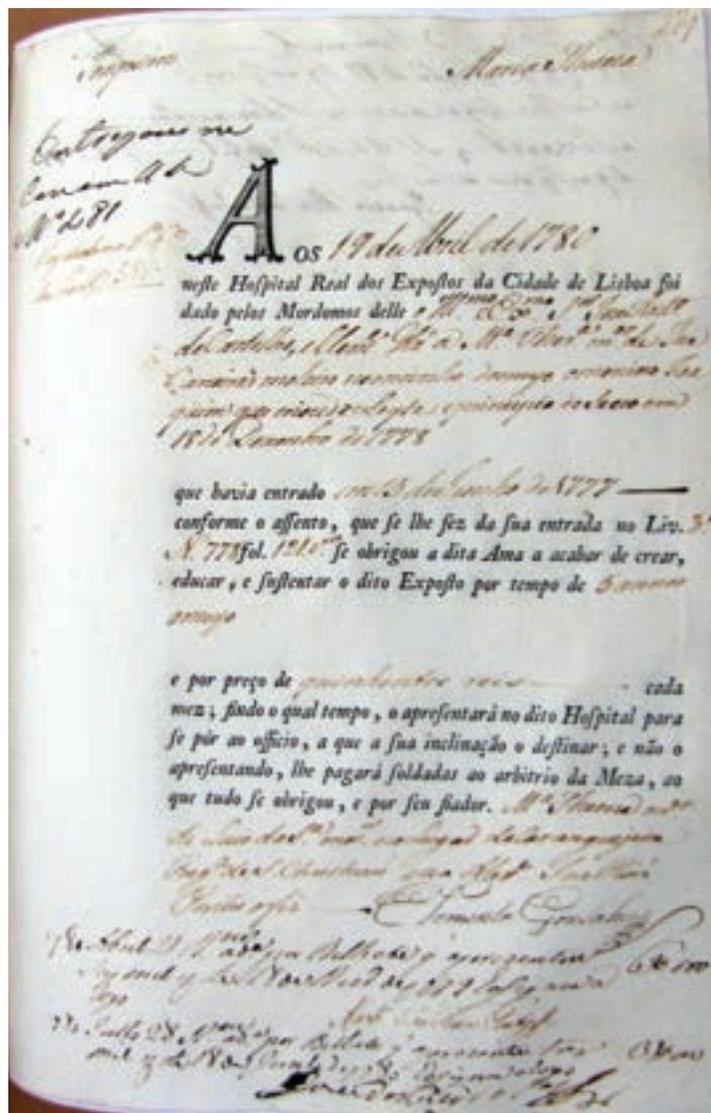


Fig. 11: Fólio 279 do livro de criação de seco de pretos e pardos - registo de entrega do exposto Joaquim (de 5 anos), à ama Maria Teresa, mulher de José Carreira, moleiro (1780). Cota: PT-SCMLSB/CE/EA/CS/05/001.

- os livros de *criação de pretos e pardos*¹⁸ cujos registos facilitavam uma maior protecção daqueles que se encontravam mais vulneráveis e desprotegidos.

Ao alcançarem determinada idade (7, 9 ou 10 anos, conforme a época), os jovens que não permaneciam com a ama de seco, eram entregues a outra família. A partir daí, a Misericórdia deixava de participar no seu sustento e essa família assumia a obrigação

de lhes ensinar um ofício. Este procedimento tinha como objectivo tornar estes jovens mais independentes quando fossem emancipados. Noutros casos, eles iam trabalhar como criados de servir ou como damas de companhia e, nestas situações, recebiam um salário dos patrões.

Os elementos sobre os adolescentes que estavam a aprender uma profissão eram exarados nos «termos» designados de «*Novas*

17. No acervo da Misericórdia existem livros com registos de Alenquer, Ourém, Leiria, Lisboa, Santarém e Torres Vedras.

18. Estes livros começaram a ser elaborados a partir de 1780.

O acervo do Arquivo Histórico da Santa Casa compreende uma importante secção documental intitulada «Criação dos Expostos»



12



13

Fig. 12: Fólio 14 do livro n.º 1 de *entregas a fidalgas* – registros de 1787 referentes à entrega de duas crianças: Bento (de ano e meio) à Marquesa de Castelo Melhor e, Maria («parda», de dois anos e meio) à Marquesa de Nisa. Cota: PT-SCMLSB/CE/EA/NO/04/001.

Fig. 13: Fólio 29 do livro n.º 26 de *termos de criados* – registo de entrega da exposta Torcata Rosa para serviço doméstico, com um ordenado de 14\$400 réis anuais (1833). Cota: PT-SCMLSB/CE/EA/E0/02/026.

obrigações» e «*Entrega para ofício*». Estas séries documentais contêm importante informação referente aos expostos, uma vez que encerram dados¹⁹ relacionados com:

- entregas sem ordenado, em que seriam acolhidos como se fossem filhos, libertando a Santa Casa das despesas com a sua criação;
- entregas sem ordenado, em que o amo tinha a obrigação de lhes ensinar um ofício e pagar uma verba no final da criação;
- entregas com ordenado, em que o amo tinha a obrigação de os ensinar e doutrinar;
- entregas com a obrigação de os educar e ensinar a ler;
- entregas a fidalgas para que assumissem as despesas referentes à criação desses recém-nascidos;
- entregas de expostas, para irem servir como empregadas domésticas.

Em muitos casos, referia-se a obrigatoriedade de apresentar o «inocente» sempre que solicitado, ou a proibição das raparigas saírem à rua sozinhas e sem acompanhamento idóneo.

Nestes documentos surgem alguns registos com informação menos comum, referindo, por exemplo:

- a importância de assegurar a liberdade alcançada pelas crianças negras;
- a realização de pagamentos

acordados e que se encontravam em atraso, verbas que acabaram por ser entregues pelos fiadores das amas;

- a prisão de um soldado que tinha inquietado uma exposta;
 - o encaminhamento de enjeitados para diversas instituições, como é o caso do 2.º Batalhão Nacional Provisório (para servir na banda de música), do Arsenal Real da Marinha, da Cordoaria, da Fábrica dos Pregos, da Companhia de Carruagens de Onibus, entre outras;
 - o envio de expostas para Goa, Rio de Janeiro ou para a Capitania de Pernambuco;
 - a entrega de raparigas para servir senhoras que residiam em conventos;
 - a indicação de que uma exposta se ia casar ou que tinha sido emancipada;
 - o reencaminhamento de uma adolescente, por esta se encontrar numa casa «indecente».
- Com base nos dados inseridos nos diversos livros relativos às amas de leite e de seco, poder-se-iam desenvolver estudos sobre as amas e suas famílias, nomeadamente: sua distribuição geográfica; caracterização socioeconómica; tarefas que lhes estavam adstritas; vantagens de se dedicarem a esta actividade; atrasos nos pagamentos estipulados.
- A essa informação seria vantajoso acrescentar elementos recolhidos nos ficheiros das amas, bem como nos relatórios das inspecções de que eram alvo. Deste modo, seria possível inferir sobre a sua influência na vida dos enjeitados, assim como as falhas e negligências mais comuns no decurso da criação.

19. Para análise de mais elementos poder-se-á consultar o *Inventário da Criação dos Expostos: do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* (Lisboa: SCML, 1998), nomeadamente nos capítulos das «*Novas Obrigações*» (páginas 287-331) e «*Entrega para ofício*» (páginas 333-361).

A partir de diferentes abordagens, poder-se-ão efectuar investigações inéditas e de grande interesse. O desafio fica lançado...

c) Emancipações e entregas aos pais

Os expostos eram forçados, desde muito cedo, a serem autónomos. Este facto impunha-lhes uma infância muito breve. Assim, os «registos de emancipações»²⁰ e os «termos de entregas aos pais»²¹, constituem outros conjuntos documentais que deveriam passar a ser investigados.

Estas séries assinalam muitas componentes de relevo, sendo que, quaisquer estudos que abordem este acervo permitirão seguramente alcançar resultados importantes e originais. A título de exemplo, salientamos que será possível analisar temas relativos a:

- isenção ou pagamento da criação, tendo presente a situação financeira dos pais quando se dirigiam à Misericórdia, no intuito de recuperar o seu descendente;
- desejo de reintegrar as crianças no seio das suas famílias, através da concessão de um apoio financeiro.

d) Expediente

Este conjunto documental inclui registos e ofícios produzidos a partir da segunda metade do século XIX. Os temas abordados são variados, pelo que se aconselha a sua consulta aquando da realização das pesquisas que, neste texto, foram propostas.

e) Gestão financeira e patrimonial

As séries documentais referentes à gestão financeira e patrimonial contêm um potencial informativo ainda por explorar e que, cremos, deveriam ser investigadas nos trabalhos relativos a estas áreas.

De entre outros aspectos, será importante verificar as avultadas verbas que foram sendo dispendidas com a criação dos expostos, assim como estudar as relações com o Senado da Câmara de Lisboa. Este organismo tinha a obrigação de contribuir com verbas para a criação e educação dos enjeitados, o que, muitas vezes, só se processava depois de uma intervenção régia.

2.2. SECÇÃO «CARTÓRIO»

A secção «Cartório» do fundo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é composta essencialmente por documentos relacionados com a defesa dos direitos patrimoniais da Instituição. Contrariamente ao que sucede em alguns arquivos de outras Santas Casas²², o cartório da Misericórdia de Lisboa engloba apenas os documentos destinados a titular e defender os seus interesses relativamente à posse de bens fundiários e móveis; a rendimentos e cobrança de dívidas; a legados e heranças deixados por diversos beneméritos; a processos judiciais interpostos contra instituições e indivíduos devedores ou que, de alguma forma, punham em causa os direitos patrimoniais da Misericórdia.



Fig. 14: Fólio 11 do livro n.º 1 de entrega de expostos de seco aos pais, mediante atribuição de gratificação monetária (1873). Cota: PT-SCMLSB/CE/EP/04/001.

Até chegar aos nossos dias, esta secção documental foi alvo de inúmeras intervenções ao nível da sua ordenação e organização, que acabaram por desarticular o conjunto documental no que diz respeito à sua ordem original. Muita documentação encontra-se desagregada e dispersa, pelo que se tem vindo a proceder a uma reorganização e a uma reintegração de inúmeros documentos e processos nas respectivas séries documentais²³.

Por este motivo, os trabalhos de descrição cingiram-se, numa

20. A partir do século XIX, os registos de emancipações passam a ser assinalados em livros próprios.

21. Os termos de entregas efectuadas a pais eram averbados em diversos livros, tais como «registos de entradas e baptismos», nos «livros de entregas a amas» e nos «termos de novas obrigações». A partir de 1775, foram elaborados livros autónomos, sendo que, em 1814, passaram a ser constituídos processos, os quais, ao longo do tempo, foram acrescentados com novos elementos.

22. Onde o cartório corresponde à totalidade dos documentos produzidos pela secretaria, tesouraria e economato (até uma determinada data ou reestruturação administrativa).

23. Este trabalho só tem vindo a ser possível graças à consulta de mecanismos coevos de controlo da documentação, como o índice dos documentos do «Cartório».



Fig. 15: Sentença cível de penhora, a favor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, contra Paula Maria de Campos, para pagamento da dívida de 36\$117 réis referente a foros vencidos de um prazo sito em Odivelas. Foi riscado o seguinte texto: «Napoleão, Imperador dos Franceses, Rei de Itália, Protector da Confederação do Reno, etc.» (1808). Cota: Mandados, mc1, proc. 43.

primeira fase, à documentação que já nos foi possível integrar. Actualmente encontram-se descritos cerca de 2.800 processos, tendo sido recolhidos elementos informativos como as suas datas extremas, o seu âmbito e conteúdo²⁴, bem como a sua cota arquivística.

Os dados recolhidos foram introduzidos numa base de dados informatizada, pelo que o acesso

à informação encontra-se grandemente facilitado, permitindo uma pesquisa em texto livre, por campo, ou inter-relacional.

A secção «Cartório» subdivide-se nas seguintes séries:

- a) Acções (1662-1860)²⁵
- b) Cartas de arrematação (1674-1862)
- c) Certidões (1603-1902)
- d) Escrituras (1597-1920)
- e) Execuções (1712-1849)

- f) Libelos (1709-1816)
- g) Mandados (1754-1867)
- h) Notificações (1740-1842)
- i) Penhoras (1717-1832)
- j) Posses (1624-1899)
- k) Sentenças (1631-1884)
- l) Testamentos (1602-2007)

Os trabalhos de descrição já efectuados, relativamente à documentação patente em cada uma das aludidas séries, permitiram-nos identificar alguns aspectos que podem revestir-se de pertinência para a investigação científica e serem objecto de alguma reflexão. Eis algumas sugestões.

a) Problemas de gestão, dívidas, cobranças e devedores

Será, por exemplo, interessante um estudo aprofundado acerca dos principais problemas que se colocavam à administração e gestão dos bens da Misericórdia de Lisboa, nomeadamente a gravíssima situação (no século XVIII) de falta de pagamento, entrega ou satisfação de:

- capitais e juros vencidos, por parte daqueles de quem a Misericórdia era credora;
- foros e rendas, por parte dos rendeiros e foreiros de quem a Misericórdia era senhoria directa;
- bens legados por beneméritos.

Esta análise poderá ser complementada com uma outra centrada na caracterização socioeconómica dos principais devedores. Pode ser encontrada documentação relativa aos grandes titulares do reino, a instituições monásticas e religiosas, a particulares pertencentes a grupos sociais não nobilitados (mas detentores de alguns meios de fortuna).

Por que motivos estas dívidas

24. Isto é, um resumo dos principais assuntos e intervenientes no procedimento ou acção a que o processo diz respeito.

25. Os limites cronológicos colocados entre parêntesis correspondem às datas extremas da documentação acumulada em cada uma das séries.



Fig. 16: Acção cível interposta pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, contra o Marquês de Louriçal e o Conde da Ericeira, solicitando que sejam efectuadas novas consignações para pagamento do capital (e respectivos juros), que os referidos titulares deviam à Misericórdia e ao Hospital de São José (1759-1781). Cota: Acções, mç. 04, proc. 07.

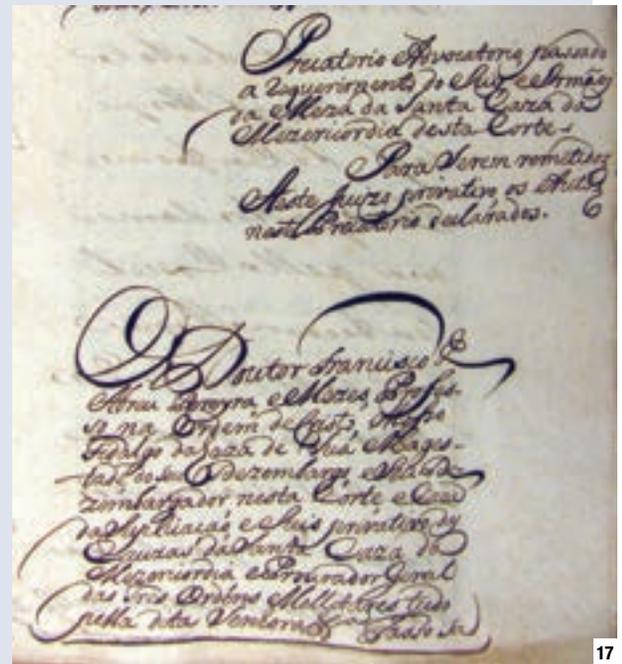


Fig. 17: Precatório advocatório requerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na qualidade de herdeira de Francisco Xavier Fetal, para que sejam remetidos para o seu juízo privativo os autos cíveis interpostos por Francisco Higino Dias Pereira, testamenteiro do referido testador, contra o cônego António da Silva Rego (1793). Refere o Dr. Francisco Abreu Pereira de Menezes como «juiz privativo das Causas da Santa Casa». Cota: Mandados, mç. 01, proc. 29.

referentes a capitais emprestados, a rendas e foros em atraso, se arrastavam no tempo? As dívidas das casas titulares eram herdadas de geração em geração; os foros e rendas não eram pagos, por vezes, por mais de 20 anos. O que é que esta realidade, patente na documentação, nos pode revelar acerca da capacidade de cobrança da Misericórdia? O que pode indiciar relativamente ao endividamento da alta nobreza do reino, dessa nobreza de corte do Antigo Regime que, não raro, vivia acima das suas capacidades económicas, como forma de projectar uma imagem de luxo, opulência e poder? Que expedientes estes titulares encontraram para prorrogarem no tempo a satisfação das suas dívidas? Até que ponto, estas demoras não reflectem alguma benevolência da administração da Santa Casa,

dominada também, no Antigo Regime, por elementos da principal nobreza do reino? Terão tido aqui importância mecanismos de solidariedade grupal?

Gostaríamos de destacar, igualmente, que o acesso a esta documentação permite adquirir uma percepção bastante clara dos montantes (muitas vezes astronómicos) a que ascendia este endividamento aristocrático. Desta forma, poderemos, mediante confrontação com outras fontes, perspectivar qual o peso que as dívidas à Misericórdia de Lisboa assumiam no endividamento global das grandes casas titulares. Por outro lado, pode-se facilmente caracterizar uma parcela do património das casas nobres, uma vez que muito dele foi arrematado, penhorado, executado ou consignado ao pagamento das

dívidas. Será igualmente interessante perceber o peso concreto que o endividamento da nobreza tinha nas finanças da Santa Casa e os efeitos nefastos e, até mesmo, devastadores, que o mesmo significou para a gestão financeira da Instituição. Ao emprestar dinheiro a juro, a Misericórdia foi perdendo liquidez, situação que se foi agravando com a morosidade dos pagamentos de principais e juros dos empréstimos.

b) Caracterização do património fundiário da SCML

Através dos dados patentes nas séries documentais do «Cartório» poderá ser efectuado um estudo relativo à distribuição geográfica do património fundiário da Misericórdia de Lisboa. Será possível realizar um levantamento por concelhos e, dentro destes, por localidades e lugares onde se

Um aspecto que ressalta da documentação já tratada (...) é a existência, até 1832, de um Juízo Privativo das Causas da Misericórdia de Lisboa e do Hospital de Todos-os-Santos

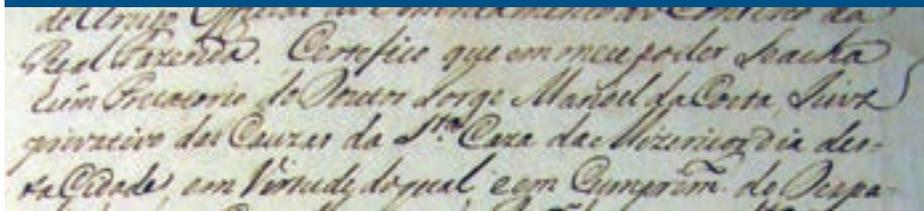


Fig. 18: Certidão de um precatório do Dr. Jorge Manuel da Costa, juiz privativo das Causas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pelo qual a referida Instituição tomou posse de uma tença anual de 200\$000 réis que Lourenço Filipe de Mendonça, Conde de Vale de Reis, recebia da folha do Almojarifado da Portagem de Lisboa, para pagamento da dívida de 3.572\$173 réis, referente a legados pios não cumpridos (1786). Cota: Certidões, mc. 01, proc. 71.

situavam as terras de que a Santa Casa era senhoria directa ou, em alguns casos, simplesmente foreira. Do mesmo modo, as referências documentais permitem explorar a tipologia destas propriedades, as culturas praticadas, os principais produtos extraídos da terra, e inferir acerca da produtividade anual de algumas delas. Interessante seria também arrolar os prédios rústicos e os prédios urbanos e concluir acerca do seu maior ou menor peso no conjunto das receitas patrimoniais da Misericórdia²⁶.

Por outro lado, a documentação permite ainda indagar sobre os montantes das rendas e foros cobrados anualmente, possibilitando, a partir de confrontação com outras fontes, traçar uma evolução dos preços e da desvalorização monetária. Seria ainda importante perceber²⁷ o tipo de relações que, em função da propriedade e usufruto da terra, se estabeleciam entre indivíduos e/ou instituições.

c) Foro privado – um privilégio a ter em conta?

Um aspecto que ressalta da documentação já tratada, e que se encontra pouco desenvolvido nos estudos já realizados, é a existência, até 1832, de um Juízo Privativo das Causas da Misericórdia de Lisboa e do Hospital de Todos-os-Santos²⁸. Ou seja, um tribunal especializado na resolução das causas de matéria cível em que a Misericórdia fosse autora ou ré, dotado de um juiz desembargador da Casa da Suplicação dedicado em exclusividade aos processos de justiça cível da Santa Casa.

O que nos demonstra a outorga deste privilégio, em 1565, quanto à importância que política e socialmente era reconhecida à Misericórdia? Lembremo-nos que só muito poucas instituições possuíam semelhante concessão, destacando-se, entre essas, as casas nobres, sendo que o Juízo Privativo das Causas da Misericórdia de Lisboa e do Hospital

de Todos-os-Santos possuía precedência sobre os restantes.

Em que vantagens concretas se traduziria este privilégio?

Esta questão poderá ser verificada através de uma análise exaustiva das cartas de sentença, no sentido de apurar o período de tempo decorrido desde a interposição da acção até à sentença final. Mediante a comparação destes dados com os recolhidos em causas semelhantes (que correram nos tribunais comuns), poder-se-ão estabelecer conclusões pertinentes quanto à enorme mais-valia, em termos de celeridade na administração da justiça, que constituía o privilégio de foro próprio. Por outro lado, existindo um juiz vocacionado exclusivamente para a resolução das causas da Misericórdia, é provável que o mesmo se «especializasse» e possuísse um conhecimento profundo do tipo de processos que envolviam a Santa Casa. Desta forma, parece-nos natural que os mesmos corresse com maior fluidez. Relevante será também perceber, através da confrontação das sentenças, execuções, cartas de arrematação e penhoras, a importância da existência de um Juízo Privativo para a capacidade de cobrança executiva imediata.

Por fim, seria interessante estudar as vantagens decorrentes deste privilégio para uma instituição cuja obra assistencial consumia inúmeros recursos financeiros, exigindo uma enorme capacidade de liquidez monetária. Os processos cíveis reflectidos na documentação dizem sobretudo respeito a cobranças coercivas de

26. Os dados existentes no «Cartório» deverão ser complementados com a recolha de informações na secção «Gestão Financeira».

27. A partir da documentação que compõe as séries «Escrituras», «Arrematações», «Sentenças» e «Penhoras».

28. A Misericórdia de Lisboa administrou o Hospital de Todos-os-Santos (posteriormente designado de Hospital de São José), entre 1564 e 1851.

dívidas em relação a indivíduos e instituições de quem a Misericórdia era credora. Grande parte dos rendimentos disponíveis advinham-lhe, precisamente, da sua actividade creditícia, dos proventos das suas propriedades fundiárias e de legados (que muitas vezes não eram cumpridos pelos testamentários ou herdeiros). Neste contexto, importa analisar até que ponto a existência de um Juízo Privativo permitiu minorar as desvantagens financeiras decorrentes do atraso na satisfação destas dívidas.

Esta documentação de cariz judicial, sobretudo patente nas séries «Libelos» e «Sentenças», poderá ser de grande utilidade para a elaboração de estudos genéricos acerca dos procedimentos associados à administração da justiça. Pensamos que a descrição arquivística destas séries se reveste de especial importância se tivermos em mente o estado geral dos arquivos judiciais portugueses, pautado pela desorganização dos fundos, por lacunas ao nível de muitas séries documentais e pela quase completa inexistência de inventários e catálogos que os tornem mais acessíveis para a investigação.

d) Testamentos

Os testamentos constituem outra das séries documentais da secção «Cartório» com enorme potencialidade para o desenvolvimento de investigações.

Através da sua análise poder-se-á chegar a uma caracterização social dos principais beneméritos da Instituição. Quem legava, o que legava, por que legava e que encargos estipulava? Que continuidades e rupturas se podem verificar, na passagem do século XVIII para o século XIX, no que respeita às atitudes perante a morte?

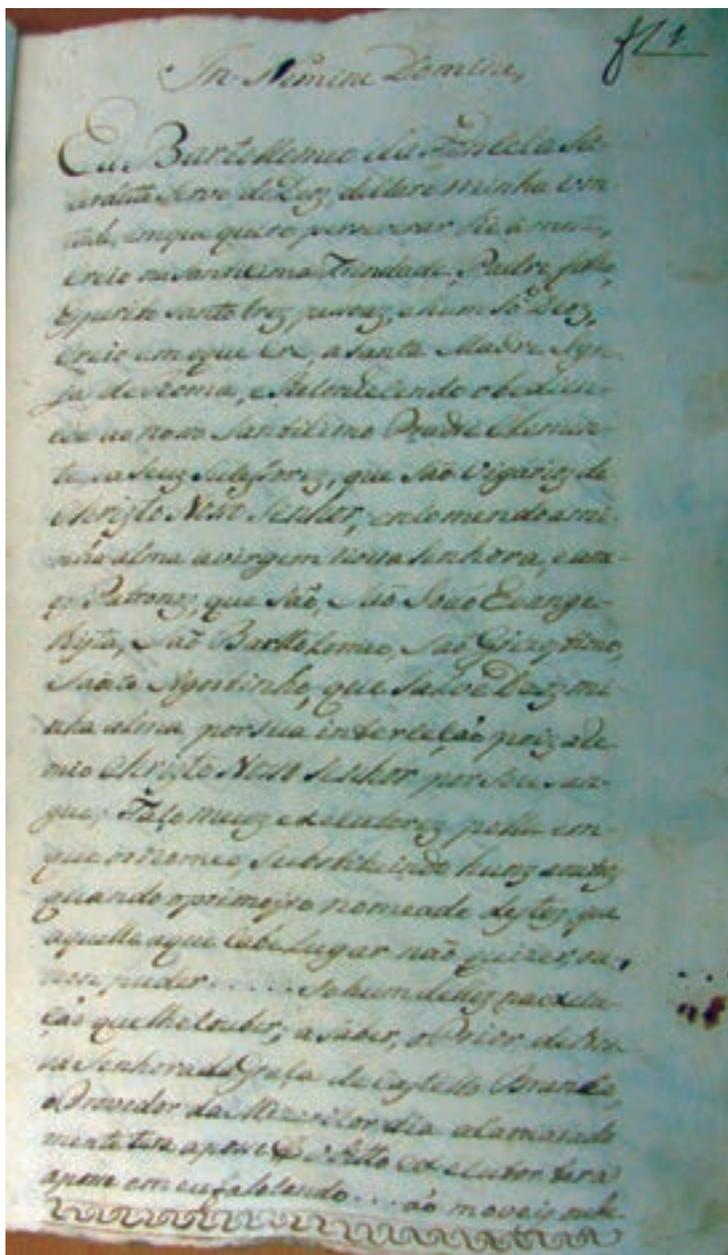


Fig. 19: Fólio 1 da certidão datada de 1776, do testamento do inquisidor Bartolomeu da Fonseca (efectuado em 1620). Cota: Testamentos, mc. 02, proc. 01.

Qual o peso que esta acção benemérita assumia no conjunto das receitas da Instituição num determinado período cronológico? Qual o peso dos encargos estipulados pelos testadores e do encapelamento de bens na economia e nas finanças da Santa Casa? O que é que os legados pios podem indiciar quanto a uma certa concepção coeva do tempo, marcada por uma crença na eterna imuta-

bilidade das coisas? Muitos sufrágios pios, pensões e esmolas anuais eram instituídos perpetuamente, sem que houvesse uma percepção dos efeitos da depreciação monetária e das conjunturas recessivas sobre os rendimentos e bens que eram vinculados a estes legados, impossibilitando, ou tornando muito oneroso, o seu cumprimento.

Por outro lado, a documenta-

A documentação permite fazer uma inventariação das obras de caridade que eram mais ou menos privilegiadas pelos testadores nos seus legados

ção permite fazer uma inventariação das obras de caridade que eram mais ou menos privilegiadas pelos testadores nos seus legados. Além disso, é possível estabelecer uma correlação entre elas e a ideia de utilização do testamento como instrumento de garantia da salvação da alma e de perpetuação da lembrança dos indivíduos. Os testamentos revelam bem o carácter de verdadeira obsessão que estes dois últimos aspectos assumiam na mentalidade da época.

Da mesma maneira, poder-se-ão extrair elementos de extrema importância para o estudo e compreensão da evolução do conceito de família, das relações de parentesco, de amizade, de protecção e favorecimento entre indivíduos. Em boa parte dos casos, os beneméritos deixavam determinados legados explicando os motivos por que os instituíam, revelando, desta forma, uma valorização afectiva em relação a determinados indivíduos: por serem parentes próximos, por serem empregados que os tinham servido de maneira considerada exemplar, por serem amigos a quem deviam favores, por se tratar de pessoas que os acompanharam na doença ou na velhice, etc.

Noutra perspectiva, os dados existentes nos testamentos podem ser analisados à luz da história dos quotidianos. A presença, em alguns deles, de autos de inventário dos bens dos testadores permite-nos ter uma

noção concreta dos seus espólios, dos objectos, jóias, mobiliário e vestuário utilizados, bem como da sua maior ou menor qualidade, do seu valor e estado de conservação.

O «Cartório» da SCML assume-se, assim, como um conjunto documental detentor de um enorme manancial de informação susceptível de ser aproveitada para a realização de estudos nas mais diversas áreas da História. Esta situação só se verifica porque, em tempos remotos, o cartório constituía um instrumento essencial para a gestão quotidiana da Misericórdia. Talvez por isso, tenha chegado em tão bom estado até ao presente, resistindo à voragem do tempo e à acção dos homens. Por si só, é bem revelador da capacidade administrativa que a Santa Casa tinha de possuir para poder identificar o seu extenso património, titular a sua posse e geri-lo da melhor forma. Permitia-lhe também verificar incumprimentos e desencadear os meios necessários para garantir a satisfação dos pagamentos que lhe eram devidos.

Perante a dimensão da documentação existente e do número de procedimentos a que está associada, não nos é difícil imaginar a necessidade de existir um corpo alargado de funcionários ligados à administração, à cobrança de rendimentos e à representação da Misericórdia nas instâncias judiciais.

3. «ARQUIVO FAMILIAR BENITO MAÇÃS»

A Dra. Delmira Benito Maças (1923-2007) deixou em testamento à Misericórdia de Lisboa um importante espólio, composto por diversos prédios (urbanos e rústicos), assim como por bens móveis, onde se engloba o arquivo familiar e a sua biblioteca. Este espólio foi descrito sumariamente e, parte dele, já foi entregue a diversas instituições legatárias, conforme vontade expressa da benemérita.

Presentemente, está em curso um tratamento mais profundo do conjunto documental que foi incorporado na SCML, com vista ao seu correcto acondicionamento e à produção de um instrumento de descrição que permita o controlo e a recuperação dos documentos.

Este acervo compreende documentação referente à actividade intelectual e pessoal de diversos membros da família, sobretudo da benemérita e dos seus pais. Inclui também outros conjuntos relacionados com a gestão patrimonial e financeira, assim como notícias e imagens referentes a temas de interesse para a família. Poder-se-á destacar:

a) Delmira Benito Maças (1923-2007), englobando diversas subsecções, tais como:

- Vida pessoal e familiar (diários, agendas e documentos de identificação).
- Formação recebida enquanto discente do ensino básico, secundário e superior (cadernos de exercícios escolares, diplomas e certificados de estudos).
- Actividade académica (documentos de nomeação e desempenho de cargos, relatórios de actividades, estudos, inven-



21

Fig. 20: "Bilhete de identidade" de Delmira Maças, emitido pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1946.

tários e outros instrumentos de trabalho que registam a colaboração mantida com o Centro de Estudos Filológicos da Universidade de Lisboa, bem como a sua experiência enquanto leitora em Heidelberg).

- Docência (documentos de nomeação e desempenho de cargos, planificação de aulas, fichas de alunos e outra documentação relativa à sua actuação como docente do ensino secundário).

- Livros e trabalhos escritos (documentos relativos à preparação de monografias, artigos em publicações periódicas, traduções e escritos avulsos).

- Contactos e relacionamento social, destacando-se a correspondência recebida e expedida sobre assuntos pessoais, de âmbito administrativo e relacionada com a sua actividade académica (cartas recebidas dos Professores Harri Meier, Manuel Paiva de Boléo e Richard Riegler).

- Áreas culturais de interesse (informação sobre os seus gostos artísticos e científicos: poesia, teatro, música e arqueologia).

- Vivência religiosa (gravuras, publicações e outros documentos de carácter religioso).

- Viagens (relatos de várias digressões e passeios, tanto nacionais como internacionais).

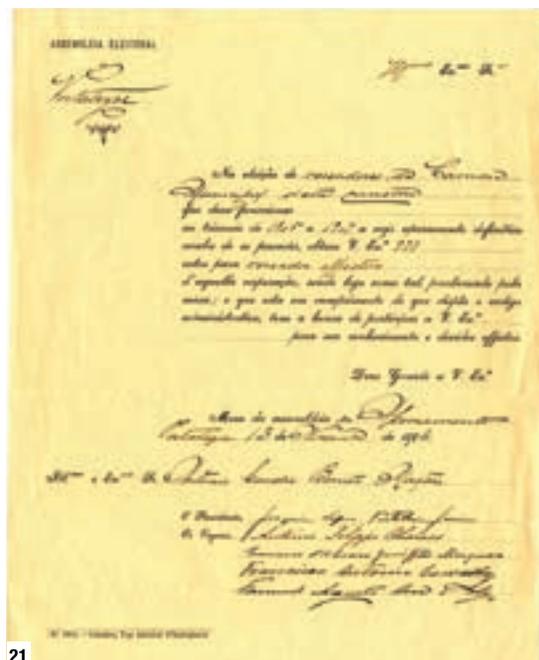
- Coleccionismo (conjuntos de calendários, postais, selos e moedas).

b) António Eusébio Benito Maças (1883-1975), pai da benemerita, onde se reúnem:

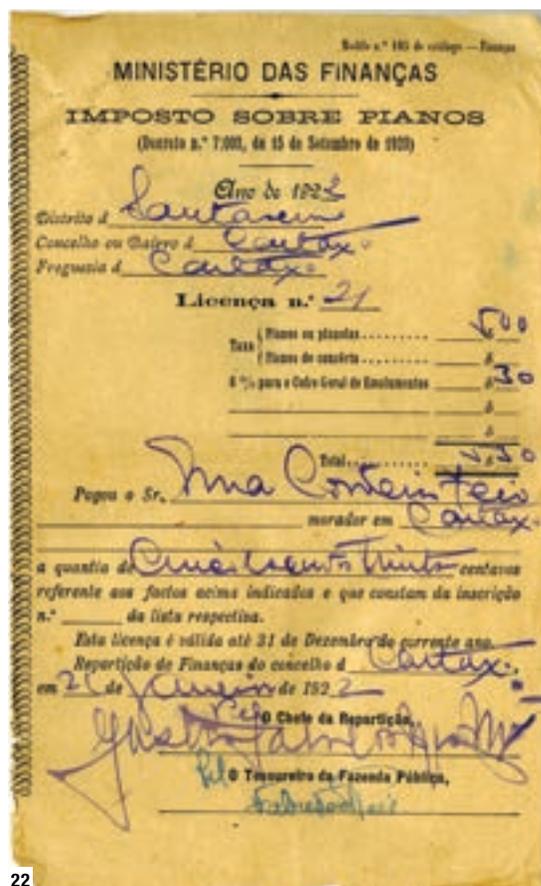
- Documentos sobre a vida pessoal e familiar (certidões e documentos de identificação).

- Documentos relativos às suas actividades e funções públicas (destaca-se a sua nomeação para o cargo de vereador efectivo da Câmara Municipal de Portalegre).

- Contactos e relacionamento social (missivas recebidas de D. Domingos Frutuoso, bispo de Portalegre, bem como as cartas de José Leite de Vasconcelos relativas a achados arqueológicos em São Salvador Aramenha, no concelho de Marvão).



21



22

Fig. 21: Ofício da Assembleia Eleitoral de Portalegre, comunicando a eleição de António Eusébio Benito Maças, para o cargo de vereador efectivo da Câmara Municipal de Portalegre, no triénio de 1905 a 1907.

Fig. 22: Licença que comprova o pagamento efectuado, em 1922, por Ema Cordeiro Feio (no valor de 5\$30 escudos), relativo ao imposto anual sobre pianos (conforme o Decreto n.º 7.002, de 15 de Setembro de 1920).

c) Ema Virgínia Garraio Maças ou Ema Virgínia Cordeiro Feio Maças (1884-1962), mãe da benemérita, que contempla:

- Documentos sobre a vida pessoal e familiar.

d) Outros membros da família, como António Dias Maças, José Dias Maças, José da Ascensão Benito Maças, Faustina Maças e Catarina Maças, destacando-se certidões de baptismo, de emancipação e acentos de óbito.

e) Gestão do Património, com informação referente a:

- Posse e administração de propriedades sitas nos concelhos de Portalegre, Marvão (destacando-se o imóvel denominado «Olhos-de-Água»), Crato, Monforte e Cartaxo (Quinta de Santa Eulália). Documentação produzida desde o século XVIII (inventários, avaliações, aquisições/alienações, arrendamentos, aforamentos, doações, etc.).

- Transmissões de bens e direitos (inventários, partilhas de bens, testamentos ou certidões de habilitação de herdeiros, produzidos entre os séculos XVIII e XXI).

f) Gestão Financeira, com elementos sobre:

- Contabilidade (onde se inclui sobretudo informação relativa a contribuições e impostos).

- Documentos respeitantes a empréstimos, hipotecas e quitações de capitais e bens.

g) Imprensa (artigos e recortes avulsos, recolhidos por vários elementos da família).

h) Fotografias (retratos de familiares, das propriedades e de viagens).

CONCLUSÃO

As hipóteses de investigação por nós avançadas não podem ser encaradas como as únicas possíveis, nem era nossa intenção fazer, no âmbito desta comunicação, um exercício de exaustividade. Por outro lado, em termos de descrição da documentação histórica, assumimos que muito se encontra ainda por fazer. Mas o esforço associado ao tratamento arquivístico dos documentos históricos da SCML continuará. Só assim será possível alcançar uma avaliação exacta do potencial informativo do acervo que temos à nossa guarda e se criarão condições para o divulgar, de forma mais abrangente, a todos os potenciais interessados.

Creemos que esta é uma tarefa primordial dos arquivistas e um objectivo estratégico de qualquer instituição que custodie fundos documentais com valor histórico.

A criação de pontos de aces-

so à informação arquivística é condição essencial para que investigadores possam resgatar do silêncio dos depósitos os ecos de um passado remoto, esses documentos que são os testemunhos das actividades pretéritas. Cabe aos investigadores, uma vez facilitado o acesso à matéria-prima do seu trabalho, proceder ao seu estudo e interpretação, de modo a alcançar avanços significativos no conhecimento do nosso passado e da nossa memória colectiva enquanto sociedade.

Neste contexto, pensamos que a interacção entre arquivistas e investigadores é fundamental para o desenvolvimento do trabalho de ambos. Por isso, lançamos desde já o repto:

- que a documentação seja libertada do silêncio dos arquivos;
- que os investigadores a façam «falar». ■

**Director do Arquivo Histórico*

***Técnico do Arquivo Histórico*

A interacção entre arquivistas e investigadores é fundamental para o desenvolvimento do trabalho de ambos

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Laurinda

– *As actividades creditícias das Misericórdias de Setúbal e Lisboa (sécs. XVII-XVIII) – estudo introdutório*. [em linha]. [Consult. 28.04.2009]. URL: <<http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20LAbreu.PDF>>.

– As misericórdias de D. Filipe I a D. João IV. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. I. *Fazer a história das misericórdias*. Coord. cient. José Pedro Paiva. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. Pp. 51-55.

– *Benedetto chi ti porta, maledetto chi ti manda: L'Infanzia Abbandonata nel Triveneto (secoli XV-XIX)*. Coord. Casimira Grandi. Treviso: Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 1997.

GRANDI, Casimira

– Il segno del segreto (secoli XVIII-XIX). Breve rassegna di segnali dei brefotrofi di Venezia, Padova, Vicenza, Rovico e Verona. *Benedetto chi ti porta, maledetto chi ti manda: L'Infanzia Abbandonata nel Triveneto (secoli XV-XIX)*. Coord. Casimira Grandi. Treviso: Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 1997. Pp. 287-305.

– P come pietà: I segni corporei dell' identità istituzionale sugli esposti di Santa Maria della Pietà di Venezia (secoli XVII-XIX). *Benedetto chi ti porta, maledetto chi ti manda: L'Infanzia Abbandonata nel Triveneto (secoli XV-XIX)*. Coord. Casimira Grandi. Treviso: Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 1997. Pp. 242-256.

DUBY, Georges – *A história continua*. Porto: Asa, 1992.

LOPES, Maria Antónia – As misericórdias: de D. José ao final do século XX. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. I. *Fazer a história das misericórdias*. Coord. cient. José Pedro Paiva. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. Pp. 79-117.

MANOEL, Francisco d'Orey – A Voz dos Sinais. *Cidade Solidária*, ano 9, n.º 15 (2006). Pp. 76-85.

MANOEL, Francisco d'Orey; ANTÃO, Nelson Moreira; COLEN, Maria Luísa Barbosa – Arquivos administrativos. Noções básicas e gerais. *Arquivos administrativos: manual de formação*. Lisboa: SCML, 2009. Pp. 9-30.

MANOEL, Francisco d'Orey; COLEN, Maria Luísa Barbosa – Os Expostos e Desamparados na Misericórdia de Lisboa. *Cidade Solidária*, ano 2, n.º 2 (1999). Pp. 38-45.

MANOEL, Francisco d'Orey; MORNA, Teresa Freitas – Os Expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: uma exposição com catálogo. *Cidade Solidária*, ano 4, n.º 7 (2001). Pp. 108-115.

O Compromisso da Confraria da Misericórdia. Lisboa: Valentim Fernandes; Hermão de Campos, 1516.

Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores: mesas-redondas na Torre do Tombo. Coord. Maria de Lurdes Henriques. Lisboa: IAN/TT, 2004.

PENTEADO, Pedro

– *A investigação em sistemas de arquivo organizacionais: algumas reflexões sobre o caso das Misericórdias em Portugal* [em linha]. [Consult. 28.04.2009]. URL: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5611.PDF>>.

– As misericórdias: contributo para um guia dos arquivos. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. I. *Fazer a história das misericórdias*. Coord. cient. José Pedro Paiva. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. Pp. 121-128.

– Confrarias. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000. Pp. 459-470.

– Os arquivos e a história das misericórdias: problemas e perspectivas. *Oceanos*, 35 (1998). Pp. 90-97.

Relação verdadeira, e individual do formidável incêndio, que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste anno de 1750. Lisboa: na oficina de Manoel Soares, 1750.

RIBEIRO, Vítor Maximiano – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Introd. José Vitorino de Pina Martins. Lisboa: Academia das Ciências, 1998.

SÁ, Isabel dos Guimarães

– Assistência. II. Época Moderna e Contemporânea. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. I Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000. Pp. 140-148.

– As misericórdias: da fundação à União Dinástica. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. I. *Fazer a história das misericórdias*. Coord. cient. José Pedro Paiva. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. Pp. 19-45.

– Misericórdias. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. III. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000. Pp. 200-202.

– Pobreza. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. III Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000. Pp. 456-461.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. Arquivo Histórico – *Inventário da Criação dos Expostos: do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: SCML, 1998.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. Arquivo Histórico. Museu de São Roque – *Os Expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: SCML, 2001.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. Arquivo Histórico. Museu de São Roque – *Sinais de Expostos: Exposição Histórico Documental*. Lisboa: SCML, 1987.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. Secretaria-Geral – *Colectânea Legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498-1998)*. Lisboa: SCML, 1998.

SOUSA, Ivo Carneiro de – Da esmola medieval às misericórdias da rainha D. Leonor. *500 anos das misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Pp. 23-24.